



# EBRAPEM027

Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática



## UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO ENVOLVENDO SITUAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS À LUZ DO MODELO DOS CAMPOS SEMÂNTICOS

Allana Matos de Andrade<sup>1</sup>

GD nº - 15

**Resumo:** No ambiente escolar, a Educação Financeira vem sendo promovida por organismos internacionais e instituições financeiras com um foco em finanças pessoais, buscando a formação de atitudes e habilidades financeiras dos educandos. Com uma perspectiva diferente, esse trabalho apresenta as ideias preliminares de uma proposta de Educação Financeira Escolar no Ensino Médio, envolvendo, além da dimensão pessoal, a familiar e socioambiental, e é parte de uma pesquisa de doutorado profissional que tem o intuito de analisar as contribuições de uma proposta de Educação Financeira Escolar envolvendo situações socioambientais, à luz da produção de significados de estudantes do Ensino Médio, mediante Práticas Educativas Investigativas que provoquem reflexões sobre a influência da mídia nos comportamentos de consumo, a produção de lixo associada ao consumismo e o impacto socioambiental causado pela ausência de um consumo consciente. Dessa forma, a pesquisa a ser desenvolvida é de natureza qualitativa, do tipo descritiva, possuindo o estudo de caso como estratégia de investigação. A análise semântica dos dados será realizada a partir da leitura plausível dos significados produzidos para os resíduos de enunciação, apontando as noções-categorias envolvidas na dinâmica da produção de significados. O Produto Educacional será apresentado como o processo para o desenvolvimento das investigações das situações-problemas locais e articulará a forma da mensagem educativa de modo atraente, alinhando as ideias discutidas e as estratégias pedagógicas para o seu público-alvo com o intuito de criar uma experiência de aprendizado efetiva e engajadora para os alunos, despertando a consciência e o pensamento crítico.

**Palavras-chave:** Educação Financeira. Efeitos da Mídia. Impacto Socioambiental. Produção de Significados. Práticas Educativas Investigativas.

### INTRODUÇÃO

Esse trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado profissional em andamento, do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (Educimat), na linha de pesquisa em Práticas Pedagógicas e Recursos Didáticos no Contexto da Educação Matemática e sublinha Modelo dos Campos Semânticos, que aborda uma Educação Financeira plural no ambiente escolar.

A implementação de conceitos a respeito da Educação Financeira, a partir da solução de tarefas contextualizadas com situações econômico-financeiras na Educação Matemática tem proporcionado reflexões no ambiente escolar desde a implementação da Estratégia Nacional de

---

<sup>1</sup>IFES; Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática; Doutorado Profissional; allana@ifes.edu.br; orientador: Rodolfo Chaves.

Educação Financeira (Enef) instituída pelo Decreto nº 7.397 do Governo Federal, em dezembro de 2010, e renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020. No entanto, a Educação Financeira nas escolas brasileiras tem reforçado um foco em finanças pessoais para a formação de atitudes e habilidades financeiras dos educandos, como proposto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apesar de serem amplamente reconhecidas suas contribuições à vida e ao cotidiano das pessoas, bem como ao seu desenvolvimento social (SILVA; POWELL, 2013).

O estudo de conceitos básicos de finanças e economia para a Educação Financeira dos estudantes é proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um tema contemporâneo transversal, articulado aos componentes curriculares de forma contextualizada, com o intuito de aumentar o interesse dos alunos no processo de aprendizagem e demonstrar sua relevância na formação do estudante (BRASIL, 2018).

No entanto, com o cenário de oscilação nas taxas de emprego e desemprego, diversificação das relações de trabalho, minimização da precarização dessas relações e do retrocesso em relação às conquistas da classe trabalhadora imputado pelo uso de novos vocábulos (e.g. empreendedorismo no lugar de trabalho temporário, trabalho informal no lugar de subemprego e flexibilização no lugar de fim de direitos), além das diferentes formas de distribuição de renda e suas implicações sobre as desigualdades sociais, cresce a relevância de propostas educativas que abordem a Educação Financeira no ambiente escolar de maneira plural, para uma inserção crítica e consciente do estudante na sociedade contemporânea.

Dessa forma, ampliando essa discussão, a proposta desse trabalho é apresentar as ideias iniciais de uma pesquisa de doutorado que tem o intuito de abordar uma Educação Financeira plural no ambiente escolar, envolvendo, além da dimensão pessoal, a familiar e socioambiental. Assim, propomos dialogar com os alunos do Ensino Médio, observar significados produzidos para a Educação Financeira Escolar e, a partir de Práticas Educativas Investigativas (PEI) (CHAVES, 2004) envolvendo situações socioambientais, analisar possíveis modos de produção de significados, bem como suas maneiras de operar, seguindo a dinâmica adotada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Modelo dos Campos Semânticos e Educação Matemática (Gepemem). Isto posto, a pesquisa de doutorado tem o objetivo de analisar as contribuições de uma proposta de Educação Financeira Escolar envolvendo situações socioambientais a partir da produção de significados de estudantes do Ensino Médio.



Para tal, a pesquisa de doutorado contemplará um estudo apontando a constituição de objetos, a formação de núcleos, a internalização de interlocutores e legitimidades, na perspectiva do Modelo dos Campos Semânticos (MCS), a partir de ações, no viés de PEI (CHAVES, 2004) desenvolvidas com o propósito de abordar e discutir possíveis efeitos da mídia em relação ao consumo e possíveis impactos socioambientais decorrentes da ausência de um consumo consciente. Dessa forma, os pressupostos metodológicos da pesquisa são de natureza qualitativa, do tipo descritiva, a partir do método estudo de caso.

A elaboração e aplicação do Produto Educacional (PE) no seu público-alvo tem o objetivo de proporcionar uma experiência de aprendizado que leva o aluno a reconhecer os efeitos do consumismo desenfreado na sociedade e no meio ambiente, refletir a respeito das consequências desses atos, sobretudo diante dos efeitos midiáticos de uma vida para consumo, bem como a respeito da insaciabilidade das necessidades, da instabilidade dos desejos na atual sociedade líquido-moderna de consumidores (BAUMAN, 2022) e do impacto socioambiental causado em virtude desses comportamentos.

Além disso, a rapidez com que os objetos consumidos se tornam obsoletos, reforçam a motivação e necessidade socioambiental desse PE em abordar uma Educação Financeira plural para um consumo consciente, ético e sustentável que estimule uma postura consciente dos alunos em repensar seus hábitos e possíveis mudanças de atitudes, de forma a pensar globalmente e agir localmente.

## **PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Nessa seção apresentamos o lastro teórico que embasa nossa pesquisa. Abordamos algumas ideias do Modelo dos Campos Semânticos e das armadilhas da mídia em relação ao consumismo, além de nossa visão de uma possível Educação Financeira Escolar.

### ***O modelo dos campos semânticos e sua perspectiva de conhecimento***

Ao longo da história, observamos diversas interpretações filosóficas, sociais ou epistemológicas sobre a noção de conhecimento. Destarte, modelos epistemológicos mais recentes, também apresentaram a noção de conhecimento. O Modelo dos Campos Semânticos,



desenvolvido por Romulo Campos Lins, concebe a noção de conhecimento como sendo “[...] uma crença-afirmação (o sujeito enuncia algo em que acredita) junto com uma justificação (aquilo que o sujeito entende como lhe autorizando a dizer o que diz)” (LINS, 2012, p. 12).

As primeiras ideias do Modelo dos Campos Semânticos são apresentadas em 1993, sendo desenvolvido no intuito de entender o que os alunos pensavam quando ‘erravam’, mas sem reforçar a ideia do ‘erro’ em si (LINS, 2012). O modelo busca compreender o ponto de vista do aluno, suas ideias e estratégias, o motivo que o levou a chegar naquele resultado fazendo-o refletir, sem caracterizá-lo pela falta, seja de conteúdo ou desenvolvimento intelectual (LINS, 1999).

À luz do MCS, o conhecimento não pode ser transmitido aos indivíduos, mas sim produzido a partir da produção de significados pelo sujeito. Um conhecimento existe, portanto, na enunciação e não mais existirá ao término desta, sendo assim, não é limitado ao que o sujeito acredita e afirma, está, também, associado a justificação, que tem o papel de legitimar aquela enunciação (LINS, 2012).

Lins (2012) destaca que o MCS somente existe quando está em ação e por isso não o concebe como uma teoria, mas sim como uma teorização a ser usada. Devido a enunciação ser realizada na direção de um interlocutor e por compartilharem interlocutores, estabelecendo um espaço comunicativo, Lins (2012, p. 16) assume que “todo conhecimento produzido é verdadeiro” à luz do MCS, na perspectiva de que é verdadeiro para alguém. Dessa forma, o MCS não estabelece julgamentos de valor sobre o conhecimento, portanto não considera a existência de um conhecimento mais importante ou melhor que outro (LINS, 2012).

O interlocutor para o modelo, não é um ser biológico, mas sim cognitivo, “[...] é uma direção na qual se fala” (LINS, 2012, p. 19). Dessa forma, internalizar interlocutores é o que possibilita o conhecimento e significado serem produzidos, proporcionando antecipar a legitimidade do que se fala (ibidem, p. 20). Nos termos do MCS, se internaliza legitimidades e não conceitos, definições ou conteúdos.

Os processos de produção de conhecimento e significado se dão no interior de campos semânticos, onde os objetos são constituídos (LINS, 2012). Lins estabelece a noção de campo semântico como sendo “um processo de produção de significado, em relação a um núcleo, no interior de uma atividade” (ibidem, p. 17). Um núcleo é um conjunto de estipulações locais, ou seja, pressupostos que naquele momento e situação não requerem justificação, por serem verdades absolutas naquela situação (LINS, 2012).



Assim como o núcleo, o significado de um objeto é sempre local, no contexto da atividade e não envolve a totalidade do que poderia ser dito sobre o objeto, mas sim o que efetivamente foi dito a seu respeito. O objeto é aquilo, físico ou não, para o que se produz significado (LINS, 2012).

É na perspectiva do MCS que concebemos o conhecimento, na medida em que consideramos que ele não pode ser transmitido, sendo do domínio da enunciação, ele é produzido pelo aluno – sujeito do conhecimento. Assumimos a posição epistemológica e metodológica do MCS por considerarmos a diversidade de realidades e necessidades sociais dos estudantes para uma Educação Financeira plural e problematizadora no ambiente escolar, que possa promover reflexões e ações a respeito das estratégias da mídia que induzem ao consumismo, especialmente em relação ao impacto socioambiental decorrente desses comportamentos.

### ***Educação Financeira Escolar, consumismo e impacto socioambiental***

Com o propósito de educar financeiramente as pessoas de seus países membros, em 2003, a OCDE incluiu em seu plano de trabalho o ‘Projeto de Educação Financeira, cuja fase inicial, resultou em um estudo internacional que culminou, em 2005, no relatório nomeado “Melhoria” da literacia financeira: análise das questões e políticas (SILVA; POWELL, 2013). A partir daí, um documento contendo recomendações sobre princípios e boas práticas de educação e conscientização financeira foi divulgado, convidando seus países membros e não membros, como é o caso do Brasil, a promoverem e colocarem em prática o que estava estabelecido no referido documento.

No anexo dessa recomendação, a OCDE expressou, como primeiro princípio, o que vem a ser Educação Financeira no seu entendimento.

A educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual os consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão a respeito de produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivos, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, para saber onde procurar ajuda, e tomar outras medidas eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro (OECD, 2005, n.p.).

Ainda no anexo desse documento, porém na seção de Boas Práticas, a OCDE destaca uma ação pública, indicando que a Educação Financeira deve iniciar na escola. Com essa



recomendação, em muitos países, a Educação Financeira vem sendo promovida por organismos internacionais e instituições financeiras (SILVA; POWELL, 2013). Vale destacar ainda que além de possuir uma perspectiva de Educação Financeira com um foco em finanças pessoais, influenciando os estudantes em seus comportamentos e habilidades financeiras, a OCDE está preocupada em monitorar e avaliar os programas educacionais que abordam o tema, no intuito de verificar a eficácia e “medir” os saberes dos estudantes (SILVA; POWELL, 2013).

Seguindo essa mesma perspectiva da OCDE, o Brasil instituiu em dezembro de 2010, pelo Decreto nº 7.397 do Governo Federal, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), cujo plano diretor apresenta que

A ENEF tem os objetivos de promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas consciente quanto à administração de seus recursos, e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (BRASIL, 2011, p. 2).

Com essa visão, a Enef apresentou uma proposta de atuação com o programa de Educação Financeira desenvolvido na educação básica brasileira. O modelo pedagógico foi baseado no documento “Orientação para Educação Financeira nas Escolas”, publicado como anexo do plano diretor da Enef (2011) com o intuito de oferecer ao estudante algumas orientações e informações para um pensamento e comportamento financeiro.

Em 9 de junho de 2020, o Decreto nº 7.397 foi revogado pelo Decreto Federal nº 10.393 que instituiu a nova Enef com a finalidade de promover a educação fiscal e securitária no País, além da financeira e previdenciária e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBFEF) que é o colegiado de articulação da Enef, com isso, foi suprimida do atual decreto, as diretrizes da Enef, dentre as quais destacamos a forma gratuita das ações de Educação Financeira, a atuação em âmbito nacional e permanente e a prevalência do interesse público.

Desvinculando da perspectiva da OCDE, assim como da Enef, a obra Silva e Powell (2013) apresenta uma proposta de currículo de Educação Financeira para a educação básica, considerando as dimensões pessoal, familiar e social, e organizada em quatro eixos norteadores que envolve os riscos, oportunidades e armadilhas na gestão do dinheiro na atual sociedade de consumo, as demandas sociais, políticas, econômicas, culturais, e psicológicas em torno da Educação Financeira, além das noções básicas de economia e finanças e questões relativas ao planejamento financeiro.





Concordamos com Silva e Powell (2013) e entendemos que a Educação Financeira no ambiente escolar pode – e deve – abordar outras noções, além dos conceitos de finanças e economia de forma singular ou individualista, que capacita os estudantes para atitudes que impactam apenas no seu bem-estar financeiro. Assim, pode – e deve – abordar atitudes e reflexões, por exemplo sobre questões éticas, socioambientais, culturais e políticas, que também permeiam a tomada de decisões a respeito da Educação Financeira no ambiente escolar. Dessa forma, a pluralidade da Educação Financeira Escolar é concebida devido à multiplicidade de temas que podem discorrer através dela, além das econômico-financeiras.

As mudanças de comportamento da sociedade ao longo dos anos, associada a um mercado globalizado com uma ideologia de privatização de bens públicos, influência da mídia em identidades, bem como uma homogeneização dos gostos pessoais, têm estimulado um consumo excessivo no mercado da atual sociedade de consumidores (BAUMAN, 2022). O capitalismo atual não está mais baseado na produção de mercadorias e sim na de necessidades, muitas vezes artificiais, sendo criadas e incentivadas pelo capitalismo de consumo com o uso de estratégias de marketing. Como consequência, Barber (2009) identifica um novo etos cultural, um “etos de infância induzida” (ibidem, p. 13), chamado de etos infantilista, que é capaz de corromper crianças, infantilizar adultos e privar a sociedade de ter pessoas responsáveis. Embora a ambição seja uma característica naturalmente humana, ambições artificiais podem refletir num consumismo desenfreado, que segundo Barber (2009) é estabelecido pelos gostos relativamente universais dos jovens numa economia de mercado global.

Com isso, é essencial pensar além da perspectiva econômica, mas também pelo viés ambiental, já que além da facilidade de descarte e substituição de bens ampliam a produção de lixo, outra implicação está na crescente exploração de recursos naturais para a extração de matéria-prima base para fabricação de mercadorias. Como consumidores, devemos saber o que queremos e querer apenas o que necessitamos, não de forma individualizada, mas socialmente inserida.

No que se refere a consumo consciente, seguimos a ideia protagonizada no Gepemem na qual associamos consumo consciente à ética, que vai ao encontro do que Barber (2009), Bauman (2022) e Chaves (2004) defendem, quando relacionam consumo consciente à aquisição de produtos eticamente comprometidos com a biodiversidade e com a qualidade de vida do planeta e dos seus habitantes. Essas questões também estão em destaque nos Temas Transversais (TT), a partir dos PCN (BRASIL, 1998) e constituem as áreas 1 (Ética – envolvendo respeito mútuo,



justiça, diálogo e solidariedade) e 6 (Trabalho e Consumo – abordando relações de trabalho; trabalho, consumo, meio ambiente e saúde; consumo, meios de comunicação de massas, publicidade e vendas; direitos humanos e cidadania), que defendem a importância de voltarmos a atenção a produtos de empresas que sejam menos poluentes, menos degradantes e que cumpram ações socioambientais, investindo em recuperação de áreas degradadas, mantendo e dando suporte a programas de educação ambiental, por exemplo.

À luz do Modelo dos Campos Semânticos no Ensino Médio, poucos estudos apresentaram a pluralidade da Educação Financeira Escolar. Os temas abordados ainda reforçam as questões econômico-financeiras. No entanto, distanciando desse olhar, após uma revisão sistemática de literatura, encontramos os estudos de Massante (2017), Silva (2017) e Marcarini (2021).

Aproximando-se de parte da nossa proposta, Massante (2017) identifica as estratégias presentes na mídia que incentivam o consumismo na sociedade de consumidores. O estudo aborda situações que promovem reflexões e estimulam a produção de significados dos estudantes para o seu desenvolvimento crítico a respeito das estratégias de marketing como database, falsa demanda, influência de personalidades e superprodução da propaganda.

De modo semelhante, Silva (2017) aborda os riscos e as ciladas que são intencionalmente colocadas para o consumidor. No entanto, o estudo enfatiza as armadilhas do comércio na sociedade de consumidores a partir de um conjunto de tarefas que leva o estudante a um olhar crítico e reflexivo sobre as consequências das situações propostas. Tanto Massante (2017), quanto Silva (2017), não retratam situações socioambientais e o possível impacto ambiental decorrente do consumismo, o que distancia da nossa proposta.

Macarini (2021) aproxima-se da nossa proposta por apresentar PEI com o propósito de promover reflexões sobre Educação Financeira envolvendo noções pessoais, familiares e socioambientais. Dessa forma, esse estudo possibilita reflexões sobre as estratégias de marketing para incentivo ao consumo, além de noções de finanças e economia e da administração das finanças pessoal e familiar. Ademais, algumas práticas propostas remetem a possibilidade de reflexões relativas a impactos ambientais, como o desmatamento e a questões sobre empreendedorismo.

Ao mapearmos os Produtos Educacionais que abordam a Educação Financeira Escolar à luz do MCS, observamos que as tarefas inseridas discutem temas como poupança, orçamento, planejamento financeiro, inflação, consumo de água e energia, desmatamento, juros,





empreendedorismo, armadilhas midiáticas, entre outros. No entanto, não abordam, por exemplo, situações socioambientais na direção do consumo de eletrônicos, que é uma realidade presente no cotidiano dos estudantes do Ensino Médio, e nem o impacto ambiental causado decorrente desse consumo, o que impulsiona uma proposta educacional nessa direção.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O intuito de investigar o processo de produção de significados de estudantes a respeito de uma proposta de Educação Financeira Escolar, orientou os pressupostos metodológicos que devemos seguir para a investigação e análise. Assim, essa pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa e do tipo descritiva, pois pretendemos descrever e analisar o fenômeno do modo de produção de significados, a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação, sendo o contexto natural, a fonte direta da produção de dados (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Quanto à estratégia de investigação, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, uma vez que é uma investigação empírica que examina acontecimentos atuais dentro do contexto da vida dos estudantes (YIN, 2001). O estudo de caso, conforme exposto em Yin (2001, p. 32), “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Como instrumentos para produção dos dados, trabalharemos com entrevistas semiestruturadas com um roteiro orientador dos aspectos que pretendemos observar, além de observação participante. Para o registro, adotaremos gravações em áudio e vídeo que serão revistas e transcritas, além de notas de campo.

A análise semântica dos dados será realizada a partir da leitura plausível dos significados produzidos para os resíduos de enunciação. Isto posto, dizemos que a leitura plausível “[...] indica um processo no qual o todo do que eu acredito que foi dito faz sentido. Outra maneira de dizer que faz sentido em seu todo, é dizer que o todo é coerente” (LINS, 2012, p. 23). Assim, pretendemos estabelecer plausibilidades, de forma a tornar as falas dos atores da pesquisa coerentes, plausíveis, fazendo uma leitura por meio de suas legitimidades.

As estratégias utilizadas para articular o Produto Educacional de forma a proporcionar uma experiência educativa ao estudante, deve ser norteadas metodologicamente pelo MCS e pelas Práticas Educativas Investigativas.



Conforme Chaves (2005, p. 128), uma PEI integra “[...] os indivíduos envolvidos no processo em torno da resolução de um problema local, construída a partir das dúvidas e das incertezas que surgem ao longo do processo [...]”. As PEI são norteadas pelos seguintes princípios: liberdade de expressão do aluno, ordenação natural do surgimento do conteúdo, trabalho colaborativo, integração com outras áreas de conhecimento, intervenção direcionada a situações locais, estratégias que contrapõem a verdades impostas e liberdade para a criatividade e espontaneidade dos educandos (CHAVES, 2005).

Destarte, norteadas pelas PEI e à luz do MCS, o material didático será constituído envolvendo situações-problemas locais, contendo inicialmente uma investigação prévia dos significados produzidos pelos alunos a respeito das ideias que serão abordadas, de modo a compreender sua concepção inicial, porventura realizar novos questionamentos construídos a partir das dúvidas que surgirem ao longo do processo e proporcionar novos modos de produção de significados. Ademais, será sugerido uma visita ao Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Municipal com o intuito de observar na prática a destinação final de produtos consumidos pelos estudantes, visando a promoção do pensamento crítico e a conexão entre teoria e prática.

Seguindo o princípio de trabalho colaborativo das PEI, esse PE será aplicado no Instituto Federal do Espírito Santo – campus Colatina, com os alunos do 4º ano do curso técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, durante as aulas da disciplina Estatística, com a divisão da turma em grupos de 4 a 6 alunos. A escolha dessa turma deve-se ao fato de pretendermos utilizar representações gráficas, bem como tabelas para a organização de dados estatísticos relativos a situações socioambientais.

É importante destacar que a preocupação desse PE não é com a aprendizagem de um objeto matemático específico, o seu foco é educacional, visando uma leitura além da matemática, uma leitura de mundo que possa proporcionar reflexões e ações que estimule a transformação, com o auxílio dos elementos tanto matemáticos quanto não matemáticos que surgirão mediante as necessidades dos educandos em obter respostas para a situação investigada. Uma das razões que justificam esta posição é expressa por Lins nos seguintes termos:

[...] um aspecto importante a destacar é que segundo a perspectiva linsiana, quando falamos de significado e produção de significado – principalmente quando estamos nos referindo à Matemática –, admitimos que significados não-matemáticos estejam em discussão de maneira legítima e não apenas os significados matemáticos (SILVA, 2022, p. 87).



Assim, destacamos que, tal como apresentado em Chaves (2004), como um dos princípios norteadores de suas PEI, em nossa pesquisa, as matemáticas, bem como as ideias que a circundam, ou ainda seus respectivos eixos temáticos, afloram como consequência, como processo (e não como produto), como uma ferramenta de leitura do mundo, para interação e intervenção em um problema a ser analisado e discutido.

## CONSIDERAÇÕES

Frente a diferentes realidades e necessidades sociais e culturais e alinhado a uma educação problematizadora, baseada na relação dialógica, que resulte na inserção crítica do estudante na sociedade, faz-se necessário a inclusão no ambiente escolar de propostas educativas que abordem a Educação Financeira de maneira ampla, como um meio de orientar e conscientizar os alunos além do uso adequado do dinheiro, percebendo os possíveis impactos de suas decisões tanto na sua vida individual quanto na sociedade. Sendo assim, para nós, as atitudes e reflexões, por exemplo sobre questões éticas, socioambientais, culturais e políticas, também permeiam a tomada de decisões a respeito da Educação Financeira no ambiente escolar. Portanto, concebemos a pluralidade da Educação Financeira Escolar devido à multiplicidade de temas que podem discorrer através dela, além das econômico-financeiras.

Para que a pesquisa proporcione uma experiência de aprendizado a respeito de Educação Financeira Escolar, interrelacionando como temas secundários a influência da mídia no comportamento de consumo, o impacto socioambiental do consumismo e o descarte de produtos consumidos, será necessário que o Produto Educacional compreenda previamente os contextos pedagógicos e as características do público-alvo para que a mensagem educativa atinja seu objetivo, despertando a consciência e o pensamento crítico e incentivando mudanças de comportamento em relação ao consumo.

## REFERÊNCIAS

BARBER, B. R. **Consumido**: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BAUMAN, Z. **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2022.



**XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática**  
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito  
Santo - IFES-Vitória-ES  
12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da Enef.** 2011. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/es/?s=plano+diretor> Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. **Ministério da Educação:** Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CHAVES, R. **Por que anarquizar o ensino de matemática intervindo em questões socioambientais?** 2004. 223 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

CHAVES, R. **Material pedagógico na base nacional comum na linha da pedagogia da alternância: ensino de Matemática nas Escolas Família-Agrícolas.** 2005. - Departamento de Educação da UFV, Viçosa-MG, 2005.

LINS, R. C. Por que discutir teoria do conhecimento é relevante para a Educação Matemática. *Em:* BICUDO, M. A. V. (org.). **Pesquisa em Educação Matemática: concepções e perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 75–94.

LINS, R. C. O Modelo dos Campos Semânticos: estabelecimentos e notas de teorizações. *Em:* ANGELO, C. L. *et al.* (org.). **Modelo dos Campos Semânticos e Educação Matemática: 20 anos de história.** São Paulo: Midiograf, 2012. v. 1, p. 11–30.

MARCARINI, V. B. **Uma proposta de educação financeira no ensino médio: significados produzidos por estudantes de uma escola da rede estadual de ensino do Espírito Santo.** 2021. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

MASSANTE, K. A. S. C. C. **Educação Financeira Escolar: as armadilhas presentes na mídia induzindo o consumismo.** 2017. 111f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG. 2017.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness.** Directorate for Financial and Enterprise Affairs, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SILVA, A. M. da; POWELL, A. B. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. **XI Encontro Nacional de Educação Matemática.** Curitiba: SBEM, 2013. p. 1–17.

SILVA, A. M. da. **O Modelo dos Campos Semânticos: Um Modelo Epistemológico em Educação Matemática.** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2022.

SILVA, V. H. B. C. **Educação financeira escolar: os riscos e as armadilhas presentes no comércio, na sociedade de consumidores.** 2017. 168f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

